
Passaportes de caridade: As cartas de guia das misericórdias portuguesas (séculos XVII-XIX)

Maria Marta Lobo de Araújo* e Alexandra Patrícia Lopes Esteves**

O presente trabalho estuda as cartas de guia passadas pelas Misericórdias portuguesas entre os séculos XVII e XIX e pretende demonstrar o seu significado e importância para as populações necessitadas.

Sem estatuto de obra de caridade, a passagem de cartas de guia ocorria em todas as Santas Casas estudadas e assumia uma acção de relevo para os pobres. Prática corrente nestas confrarias, as cartas de guia eram documentos passados aos pobres que se encontravam em trânsito ou que iniciavam uma deslocação e que abriam as portas da caridade na instituição de assistência mais próxima. Nesta se provia o pobre do necessário e se passava uma carta de guia e assim repetidamente até chegar ao destino. Desta forma, uniam-se os elos de uma cadeia de solidariedade, formada pelas Misericórdias em torno dos mais desfavorecidos.

Sem capacidade de se deslocarem, os pobres acorriam às Misericórdias para os auxiliarem nas deslocações que precisavam de realizar, conseguindo que estas confrarias lhes passassem “passaportes” de caridade.

A ajuda aos que se encontravam em viagem ou que necessitavam de se deslocar era fundamental para um segmento importante da sociedade. Sem auxílio, os pobres não conseguiam deslocar-se, porque as viagens eram morosas e muito caras. As Misericórdias possibilitavam-lhes realizar a viagem e contribuía para minorar as difíceis condições de vida. Como refere Maria Antónia Lopes, os pobres que solicitavam as cartas de guias eram “frequentemente assimilados a peregrinos”¹, categoria que lhes abria as portas da caridade.

Esclareça-se que outras instituições, para além das Misericórdias, passavam igualmente cartas de guia. O hospital do Espírito Santo de Portel inscrevia no seu compromisso a ajuda aos viajantes, constituindo uma das principais preocupações de auxílio aos mais desfavorecidos². Neste campo trabalhava em articulação com a Misericórdia da vila, que também esmolava os que necessitavam de efectuar viagem.

Para além destas instituições, também os bispos se empenhavam nesta obra de caridade e possibilitavam, através das cartas de guia, que muitos pobres realizassem a deslocação que tanto desejavam.

As cartas de guia eram solicitadas através de uma petição escrita dirigida à Santa Casa. Como genericamente os pobres não dominavam a escrita, recorriam a quem conhecia essa arte para se abeirarem da confraria.

Apesar de terem desempenhado um papel de relevo na ajuda à pobreza, as cartas de guia não têm constituído objecto particular de estudo. Salvo raras excepções³, poucos são os trabalhos produzidos no âmbito da assistência que as destacam e reconhecem a sua importância e função.

*Docente do Departamento de História da Universidade do Minho.

** Licenciada em História.

¹Veja-se Maria Antónia Lopes, *Pobreza, assistência e controlo social. Coimbra (1750-1850)*, vol. II, Viseu, Palimage Editores, 2000, p. 82.

²Para o estudo da acção do hospital de Portel no socorro aos que precisavam de viajar ou se encontravam em trânsito consulte-se Maria Marta Lobo de Araújo, “O hospital do Espírito Santo de Portel na Época Moderna”, in *Cadernos do Noroeste*, nº 20 (1-2), 2003, pp. 370-371.

³O trabalho de Maria Antónia Lopes confere autonomia a esta forma de caridade e destaca-a como uma ajuda importante aos pobres de Coimbra. Leia-se *Pobreza, assistência e controlo social...*, pp. 82-83.

A assistência a viajantes era uma prática seguida em todas as Misericórdias, mas atingia proporções muito variadas entre estas instituições.

As atitudes que os ricos tiveram com os pobres durante a Época Moderna se, por um lado, foram de os proteger através de actos de caridade, por outro, foram de os marginalizar, repudiando-os. A esmola não estava ao alcance de todos. Por isso, muitos que solicitavam ajuda não eram contemplados, porque não eram considerados merecedores.

Para o homem do Antigo Regime socorrer o pobre significava abeirar-se do Cristo e contribuir para a redenção dos pecados. Desde a Idade Média que, através da caridade e do amor aos mais desfavorecidos, se procurava chegar mais perto de Deus e capitalizar benefícios que possibilitassem a felicidade eterna⁴. Os próprios Evangelhos aconselham actos de amor ao próximo e demonstram a necessidade das práticas de caridade⁵.

Mas se para os pobres a esmola significava o alívio, ainda que temporário, das suas misérias (a caridade praticada podia ser também duradoira e prolongar-se mesmo por várias décadas⁶), para os poderosos ela representava mais-valias espirituais, sociais e até políticas⁷. A esmola deveria ser praticada apenas com a esperança de recompensa espiritual, porém, os ricos serviam-se dela para aumentar o seu poder, ao mesmo tempo que exerciam controlo sobre os pobres⁸.

Todas as ocasiões serviam para a prática da caridade. Por isso, praticava-se em vida, em momentos importantes do calendário litúrgico, como eram a Páscoa, a festa da Visitação, os Santos e o Natal, ou na hora da morte, quando se redigia o testamento.

A caridade exercitava-se ainda no quotidiano, quando na rua ou à porta de casa, ou em dias certos da semana, os pobres se faziam presentes e rogavam esmola. Era também frequente os ricos distribuírem esmolas à porta dos seus palácios para comemorar alguma data festiva ou implorar a alma de um ente querido⁹. Faziam-no também em dias certos da semana. O duque de Bragança D. João II, distribuía muitas vezes ele próprio esmolas à sexta-feira a todos os mendigos que se encontravam em frente ao seu paço de Vila Viçosa¹⁰.

Embora situados em postos diametralmente opostos, pobres e ricos estreitavam laços, quando se encontravam nestes actos.

Desenvolvendo actos de gratidão, a caridade originava uma troca de favores entre ricos e pobres, servindo às elites para reforçar o seu poder. Como se tratava de uma relação desigualitária, o comportamento que se esperava dos pobres era de humildade, gratidão e lembrança dos doadores

⁴ Consulte-se a propósito Isabel dos Guimarães Sá, *As Misericórdias portuguesas de D. Manuel I a Pombal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

⁵ Veja-se *Bíblia Sagrada*, Lisboa, Editorial Bíblica, 1999, pp. 32-46.

⁶ A propósito da caridade exercida durante várias décadas ao mesmo sujeito veja-se Maria Marta Lobo de Araújo, *Rituais de caridade na Misericórdia de Ponte de Lima (séculos XVII-XIX)*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2003, pp. 176-182.

⁷ Para esta temática veja-se Isabel dos Guimarães Sá, “Estatuto social e discriminação: formas de selecção de agentes e receptores de caridade nas Misericórdias portuguesas ao longo do Antigo Regime”, in Maria Engrácia Leandro; Maria Marta Lobo de Araújo; Manuel Silva Costa (Org.), *Saúde. As teias da discriminação social. Actas do Colóquio Internacional Saúde e Discriminação Social*, Braga, Instituto de Ciências Sociais, 2002, p. 307.

⁸ Leia-se Marco H. D. van Leeuwen, “Logic of charity: poor relief in Preindustrial Europe”, in *Journal of Interdisciplinary History*, nº 24, 4, 1994, pp. 589-613.

⁹ Por ocasião da morte de D. João V, o arcebispo de Braga, D. José de Bragança, seu irmão ilegítimo, mandou distribuir esmolas aos pobres à porta do seu paço arquiepiscopal. Leia-se Maria Manuela Milheiro, *Braga. A cidade e a festa no século XVIII*, Viseu, NEPS, 2003, pp. 243-244.

¹⁰ Sobre a acção caritativa deste duque consulte-se Maria Marta Lobo de Araújo, “Vila Viçosa, os pobres e as esmolas do duque D. João II (1636-1646)”, no prelo.

a Deus, frequentemente feita através da oração ou da prática da assistência a sufrágios pela sua memória¹¹.

As esmolas dadas aos pobres podiam ser muito variadas: em dinheiro, em géneros, em roupa ou em pagamento de serviços.

Mas praticar a caridade era igualmente receber os pobres andantes em suas casas, dando-lhes abrigo e repouso por uma ou mais noites, ou mandar edificar uma instituição que prestasse esses serviços. Na Idade Média, as albergarias ou hospitais recolhiam pobres que se encontravam em trânsito, agasalhando-os durante algumas noites, normalmente nunca excedendo as três noites, para que estes pudessem descansar e seguir viagem¹². Mas foi também neste período que surgiram os hospitais para peregrinos - unidades especialmente vocacionadas para receber gente que se deslocava. Estes hospitais estavam normalmente situados junto às vias de circulação e facilitavam a chegada e a partida aos que os procuravam¹³. A localização destas instituições integra-se na concepção que associa ao pobre medieval um carácter itinerante, fazendo com que estas casas se instalassem ao longo dos caminhos. A criação destes institutos possibilitou o auxílio aos viajantes num espaço apropriado e afastou os mendigos da familiaridade da casa de cada um.

As peregrinações foram na Idade Média responsáveis por um constante vai-e-vem de pessoas em direcção aos santuários de sua devoção. Escolhidas por muitos para agradecer ou solicitar graças, as peregrinações atiravam muita gente para as estradas que abriam caminho para os santuários de grande nomeada, fazendo com que as estradas se enchessem de devotos. Dos três grandes centros de peregrinação Jerusalém, Compostela e Roma, Santiago era provavelmente o mais popular¹⁴. Mas todos assistiam à chegada dos romeiros, fossem eles gente humilde, dos grupos sociais mais poderosos e mesmo reis e rainhas.

Na Idade Moderna e já sem a pujança que tinham conhecido no período anterior, as peregrinações continuavam a servir de pretexto, para sozinhos ou em grupo, os homens deixarem as suas casas e irem ao encontro do santuário da sua devoção¹⁵. Outros, eram obrigados a viajar por motivos de doença. Quando não se podiam tratar na sua terra, tinham que procurar a cura em lugares mais longínquos, sendo forçados à partida. Havia ainda quem viajasse por outras razões, associadas a motivos pessoais, familiares ou até profissionais.

Nos grupos abrangidos por esta forma de assistência incluem-se os presos pobres, quando por motivos de cumprimento de pena tinham de se deslocar. Quando iam cumprir degredo, estes pobres eram igualmente portadores de cartas de guia, que renovavam nas Misericórdias por onde passavam.

Com a reforma da assistência e com o surgimento das Misericórdias em Portugal (Misericórdia de Lisboa criada em 1498) muitos estabelecimentos de caridade que se encontravam

¹¹ Leia-se Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima (séculos XVI-XVIII)*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000, pp. 244-245.

¹² A propósito destas instituições leia-se Fernando da Silva Correia, *Hospitais medievais portugueses*, separata de "A Medicina Contemporânea", ano XLI, 1943, n.ºs 11, 12, 13, 14, 15.

¹³ Carlos Alberto Ferreira de Almeida, "Os caminhos e a assistência no Norte de Portugal", in *Primeiras Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval – A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média: Actas*, t. 1, Lisboa, Instituto da Alta Cultura, 1973, pp. 40-47.

¹⁴ Leia-se para esta temática Margaret Wade Labarge, *Viajeros medievais. Los ricos y los insatisfechos*, Madrid, Editorial NEREA, S. A., 1992, p. 130.

¹⁵ Sobre as peregrinações e os santuários de grande devoção veja-se Maria Hercília da Silva Pinto Correia Pereira, *Subsídios para o estudo da assistência no Norte de Portugal*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1961, p. 15, dis. de licenciatura em Ciências Históricas e Filosóficas, policopiada. Para as procissões em torno do santuário de Nossa Senhora da Nazaré consulte-se Pedro Penteado, *Peregrinos da memória: o santuário de Nossa Senhora da Nazaré 1600-1785*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa; Centro de Estudos de História Religiosa, 1998, pp. 97-115.

em crise foram incorporados nelas. Estas confrarias que reuniam em si a prática das 14 obras de caridade, tiveram um desempenho fundamental no campo da assistência ao longo da Idade Moderna. Sublinhe-se principalmente o seu papel no mundo urbano, onde terão alcançado um lugar de relevo no combate à pobreza.

Embora os estudos mais recentes sobre Misericórdias tenham sublinhado o carácter articulado da sua acção na assistência à pobreza e engrandecido a sua prestação em termos locais, alguns trabalhos igualmente recentes chamam a atenção para a função assistencial dos bispos¹⁶, dos cabidos¹⁷, de outras confrarias¹⁸ e mesmo de senhores locais.

Neste trabalho procuramos analisar o desempenho das Misericórdias na ajuda aos viajantes, ou seja, aos que se encontravam em trânsito, doentes ou não, mas que precisavam de apoio. Estudaremos as cartas de guia durante os séculos XVII a XIX e analisaremos os grupos auxiliados por estas confrarias e os motivos que justificaram os pedidos efectuados.

Embora não constituísse uma obra de misericórdia, a passagem de cartas de guia estava instituída nos compromissos das Misericórdias e estas eram documentos fundamentais de ajuda aos pobres¹⁹. Inscreviam-se em todas as acções que as Misericórdias efectuavam em torno dos mais desprotegidos e tornaram-se um serviço muito procurado nestas confrarias.

Uma carta de guia era um documento passado por um benfeitor ou instituição a uma pessoa individual ou a um agregado familiar, que identificava os seus portadores, a sua proveniência geográfica e o local de destino, atestava as razões da caminhada e servia de salvo conduto para ser entregue noutra instituição e aceder aos serviços da caridade. Os portadores de cartas de guia estavam seguros de que seriam ajudados. Este facto resultava numa grande procura destes documentos junto das instituições de assistência.

As cartas de guia destinavam-se aos pobres que se encontravam em trânsito ou necessitavam de efectuar uma viagem e garantiam a assistência até à instituição de caridade para onde se deslocavam ou à sua própria casa. Assim, formando uma cadeia de solidariedade, as instituições de caridade garantiam que os pobres prosseguissem viagem de forma assistida, frequentemente levando-os até às suas próprias moradias ou a qualquer outro lugar a que se propunham chegar. Os pobres iam de Misericórdia em Misericórdia, renovando estes *passaportes* de caridade.

A Santa Casa de Ponte de Lima encarou desde sempre a atribuição de cartas de guia como uma forma de ajuda aos pobres, gastando semanalmente várias dezenas de réis nesta forma de caridade²⁰.

A maior parte das cartas de guia passadas pela confraria de Ponte de Lima na primeira metade do século XIX, destinou-se a homens e mulheres, mas abarcou também famílias que se encontravam em trânsito e solicitaram ajuda. O auxílio prestado pela Santa Casa podia ser variado,

¹⁶ Veja-se José Pedro Paiva, “D. Frei Luís da Silva e a gestão dos bens de uma mitra”, in *Estudos de Homenagem a João Francisco Marques*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, pp. 252-255.

¹⁷ Acerca da acção assistencial do cabido bracarense leia-se Celeste Dinis; Francisco Barbosa, “Pobreza e caridade: a acção assistencial do cabido bracarense em período de *Sé Vacante* (1728-1741)”, in *Cadernos do Noroeste*, vol. 20 (1-2), 2003, pp. 497-522.

¹⁸ Consulte-se Maria Marta Lobo de Araújo, “A ajuda aos pobres nas confrarias de Nossa Senhora da Guia e do Espírito Santo de Ponte de Lima (séculos XVII- XIX)”, in *Revista Cultural Bracara Augusta*, vol. L, 2001/02, pp. 441-443.

¹⁹ Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima (doravante ASCMPL), *Compromisso de 1618. Capítulos Reformados de 1631*, p. 48v.; Arquivo Distrital de Braga, *Compromisso da Misericórdia da cidade de Braga*, Braga, Francisco Fernandez de Basto, 1631, p. 16; *Compromisso da Misericórdia de Lisboa*, Lisboa, Pedro Gaesbeeck, 1619, p. 31.

²⁰ O registo dos gastos da instituição era efectuado nos dias de cabido (domingo e quarta-feira), possibilitando analisar as despesas com esta ajuda. ASCMPL, *Livros de receita e despesa*.

indo de encontro à necessidade do pedinte. Assim, podia ser de dinheiro ou conjugando este com o transporte. A confraria podia disponibilizar apenas uma esmola em numerário ou acrescentar a esta uma cavalgadura e um homem para transportar o pobre até à Misericórdia mais próxima, onde novamente solicitava auxílio e se renovava a carta de guia. E assim sucessivamente até se chegar à terra de destino. A esmola era sempre acompanhada de um documento, a carta de guia, que atestava a pobreza do indivíduo em causa. As cartas de guia eram, portanto, documentos fundamentais, verdadeiros *passaportes* de caridade, atribuídos a quem por várias razões tinha necessidade de se deslocar e não dispunha de meios suficientes para o fazer.

Um alvará régio de 1 de Dezembro de 1690 determinava que só a Misericórdia de Lisboa tinha poderes para “mandar imprimir e distribuir cartas de guia pelas outras irmandades do reino”²¹, centralizando assim estes serviços na Misericórdia da capital. Esta não tinha quaisquer poderes sobre as restantes congéneres, mas o modelo de criação destas confrarias e o seu funcionamento levava a que muitas declarassem expressamente a de Lisboa como “casa mãe”. As Misericórdias recebiam na ocasião da fundação o compromisso da de Lisboa, podendo alterá-lo ou criar um novo, como aconteceu em alguns casos e solicitavam ao monarca os privilégios outorgados à Misericórdia da capital. Esta confraria era recordada por muitas congéneres como a fonte matricial e o modelo a seguir. Tratava-se de um poder simbólico e pouco claro no tocante à passagem de cartas de guia.

Como já referimos, todas as Misericórdias se envolveram neste tipo de ajuda à pobreza. Os pretextos para a esmola eram variados. Em 1562, a Misericórdia de Monção registou uma esmola de 30 réis dada a uma mulher pobre, portadora de uma carta de guia passada pela Misericórdia de Ponte de Lima e que se deslocava para Monção, para tratar de assuntos de um pobre que se encontrava preso²². No mesmo ano, deram-se 200 réis na Misericórdia de Monção a Maria Álvares para a ajudar a alugar uma besta para a transportar ao hospital de Santiago²³. Tratava-se de um auxílio precioso para a pobre em causa, já que Monção não dispunha de hospital. Existia apenas a gafaria de São Gião²⁴, entregue por D. Sebastião à Misericórdia da vila no ano anterior e não havia na sede de concelho outra unidade de cuidados de saúde. Quando os casos eram mais graves e exigiam internamento, os doentes viam-se obrigados a deslocarem-se para outros locais onde lhes fossem prestados melhores cuidados. A opção Santiago era uma hipótese que obrigava os enfermos a atravessar a fronteira e a procurar em Espanha os serviços de saúde que não tinham na sua terra.

A ajuda que integrava uma besta e um homem para a conduzir destinava-se, sobretudo aos doentes. O animal era normalmente alugado para o efeito, servia para montar o pobre que se encontrava doente e, por isso, incapaz de caminhar. Quando o pobre chegava montado a uma Misericórdia era geralmente provido também com uma cavalgadura, porque era manifestamente necessário aliviá-lo das dificuldades do percurso.

Em Março de 1564, a Misericórdia de Monção pagou 60 réis a um homem que levou um doente de Monção para Valença e, em 1795, mandaram-se dar 240 réis a “um pobre vindo com cabalgadura da misericórdia de Lamego para o reyno da Galiza”²⁵.

Também a Misericórdia de Montemor-o-Velho facilitava a deslocação de doentes através de cartas de guia. Enviava doentes a Coimbra onde buscavam tratamento²⁶.

²¹ Leia-se Joaquim Veríssimo Serrão, *A Misericórdia de Lisboa. Quinhentos Anos de História*, Lisboa, Livros Horizonte, 1998, p. 168.

²² Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Monção (doravante ASCMM), *Livro de receita e despeza 1561-1612*, nº 16, fl. 17v.

²³ ASCMM, *Livro de receita e despeza...*, nº 16, fl. 18.

²⁴ A sua localização ficava fora das muralhas, mas perto da vila.

²⁵ ASCMM, *Livro que ha de servir dos acordons desta Santa Mizericordia da villa de Monçõn 1774-1815*, nº 12, fl. 125.

²⁶ Para a Misericórdia de Montemor-o-Velho veja-se Mário José Costa da Silva, *A Santa Casa da Misericórdia de Montemor-o-Velho. Espaço de sociabilidade, poder e conflito (1546-1803)*, Figueira da Foz, Câmara Municipal de Montemor-o-velho, 1999, pp. 84-85.

O encaminhamento de viajantes e de peregrinos fazia-se correntemente através de uma besta ou de um carro puxado por animais, mas também se podia realizar de barco. A Misericórdia de Aveiro enviava os pobres com carta de guia para Ovar no seu barco ou nos de transporte de sal²⁷.

A Misericórdia de Mora tinha uma grande actividade neste sector. O serviço era posto em pregão pelo porteiro da Câmara. Quem estivesse interessado em “meter os pobres de caminho” fazia lanços e ganhava quem “menos lançar com obrigação de os levar como he costume”²⁸. O resultado era anunciado na Santa Casa pelo referido oficial camarário, nomeando o vencedor. A confraria estabelecia um contrato com o referido homem, que ficava encarregue da prestação do serviço durante um ano.

Nem sempre as Misericórdias preservam documentação que possibilite conhecer quem eram os beneficiados destas esmolas. O mais comum foi referirem apenas os montantes gastos com esta rubrica não deixando rastros das petições que a sustentaram. Porém, no século XIX, a Misericórdia de Ponte de Lima tornou mais claro quem eram os beneficiados desta esmola, especificando a sua naturalidade e o destino que tomavam. Em 1815, foi passada uma carta de guia a João Ventura, soldado, que foi do regimento de infantaria nº 21. Este homem era natural de Touvedo, freguesia do concelho de Ponte da Barca, e ia “em dereitura para a cidade de Lisboa”. A razão da sua deslocação não foi mencionada. A inscrição de soldados nas listas dos beneficiados com cartas de guia ocorria normalmente no ocaso dos conflitos militares, quando já sem ocupação se deslocavam para casa. Sem posses, frequentemente mutilados e às vezes doentes, os soldados pobres eram amiudadamente ajudados sobretudo pelas Misericórdias de fronteira.

Desconhecem-se igualmente os motivos que levaram a família Garcia a pedir auxílio à Santa Casa de Ponte de Lima. Manuel Caetano Garcia, a sua mulher, Manuela Fernandes, e o seu filho bateram à porta da Santa Casa, em 1816. Eram naturais de Goam, Galiza, e deslocavam-se para a “cidade de Bragança e de como erão os mesmos apresentarão Pasaporte do juiz de Fora de Villa Nova de Cerveira”²⁹. A caridade estendia-se para além das fronteiras e estes galegos foram providos com carta de guia da Misericórdia de Ponte de Lima.

A ajuda a famílias não foi frequente, pelo menos nesta Misericórdia, contudo, verificou-se em alguns casos. Quando os pobres se deslocavam com todo o agregado familiar, o facto constituía um motivo adicional para serem ajudados. Também em 1818, Mariana Casimira e dois filhos forem beneficiados com uma carta de guia. Vinham da cidade de Lisboa e encontravam-se em trânsito para Santiago de Compostela³⁰. Os motivos que terão levado esta mulher a sair de Lisboa com dois filhos, provavelmente ainda pequenos, não foram mencionados, mas a sua deslocação para

²⁷ Sobre o encaminhamento dos pobres na Misericórdia de Aveiro confira-se Manuel Barreira, *Santa Casa da Misericórdia de Aveiro. Poder, pobreza e solidariedade*, Águeda, Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, 1998, p. 147.

²⁸ Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Mora, *Livro de actas 1639-1648*, fl. 10.

²⁹ ASCMPL, *Livro do coprador*, nº 27, deteriorado no local da paginação. Este livro possui uma parte que se encontra danificada no local da paginação, uma outra paginada e ainda outra sem paginação.

³⁰ ASCMPL, *Livro do coprador* nº 27, deteriorado no local da paginação.

Compostela indicia razões religiosas³¹. Neste mesmo ano, a Santa Casa de Ponte de Lima passou ainda uma carta de guia a Maria Benta, solteira, que vinha de Valença e ia para o hospital de S. Marcos de Braga; a António José Mendonça, em trânsito do Porto, e portador de carta de guia para Bilbao (Espanha) e a Manuel Dias, solteiro e natural de Lugo (Espanha), que seguia para Monção, onde ia tomar banhos nas caldas. Também João Fernandes, solteiro, natural da Feitosa (concelho de Ponte de Lima) estava em trânsito para Monção, pelas mesmas razões. Tratando-se de um tratamento especializado, só efectuado em locais que reunissem condições, todos os que necessitavam dele, eram obrigados a deslocarem-se.

³¹ Acerca das peregrinações para Santiago de Compostela consulte-se Alberto A. Abreu, *Caminhos de Santiago no Entre Douro e Minho*, Viana do Castelo, s. e., 1993, pp. 26-30.

Quadro 1 - Cartas de guia passadas pela Misericórdia de Ponte de Lima em 1817

Nomes dos providos	Naturalidade	Direcções tomadas
<i>Simão Bugalho, galego</i>	<i>Vinda da cidade de Braga com carta de guia.</i>	<i>Em dereitura a S. Tiago de Galiza.</i>
<i>Guilherme, galego</i>	<i>Da freguesia de Santo Orense do Arcebispado de S. Tiago de Galiza.</i>	<i>Em dereitura à Misericórdia de Vallença, com cavalgadura.</i>
<i>Luisa Rosa, viúva</i>	<i>Da freguesia de Viade, Concelho de Basto.</i>	<i>Em dereitura à cidade de Braga e dahi a sua patria, com cavalgadura.</i>
<i>António Fulio</i>	<i>Trazendo carta de guia da Misericórdia da cidade de Gran Porto de Santa Maria.</i>	<i>Em dereitura a S. Tiago de Galiza.</i>
<i>Francisco José de Sousa</i>	<i>Trazendo carta de guia da Misericórdia da cidade de Lamego.</i>	<i>Em dereitura a Vallença do Minho.</i>
<i>João António Ramos</i>	<i>Trazendo carta de guia da Misericórdia de Braga.</i>	<i>Em dereitura a Vallença do Minho.</i>
<i>Luís Cambão</i>	<i>Do Reino da Galiza, com carta de guia da Misericórdia de Braga.</i>	<i>Em dereitura à Misericórdia de Vallença do Minho.</i>
<i>António Joaquim, solteiro</i>	<i>Da freguesia de Santa Comba, Couto de Bertandos.</i>	<i>Em dereitura à cidade de Lisboa.</i>
<i>Joaquim Rodrigues</i>	<i>De Valencia, Reino de Hespanha, com carta de guia de Alcacer do Sal.</i>	<i>Em dereitura a S. Tiago de Galiza.</i>
<i>Manuel Dias</i>	<i>Do Reino de Galiza, Bispado de Lugo.</i>	<i>Em dereitura à cidade do Porto.</i>
<i>Cipriano Rinon</i>	<i>Vindo com carta de guia da Misericórdia da cidade de Lisboa.</i>	<i>Em dereitura para o Reino de Galiza.</i>
<i>Romão Cauze, mulher Maria Fernandes e filho Matheos</i>	<i>De villa de Neda, Reino de Galiza.</i>	<i>Em dereitura à cidade de Lisboa.</i>
<i>João Baptista Megeceim</i>	<i>De nação Genova, com carta de guia da Misericórdia de Coimbra.</i>	<i>Em dereitura a Vallença do Minho.</i>
<i>João Ihoá</i>	<i>Vindo com carta de guia da Misericórdia da cidade de Coimbra.</i>	<i>Em dereitura a Vallença do Minho</i>
<i>Manuel Correia</i>	<i>De Carrelan, comarca de Villa Real, com carta de guia da mesma villa.</i>	<i>Em dereitura a Villa Real.</i>
<i>José Bento Marinho</i>	<i>Da provincia de S. Tiago da Galiza, vindo com carta de guia da Misericórdia de Vianna.</i>	<i>Em dereitura à Praça de Vallença do Minho com a esmola do costume.</i>
<i>Maria Thomasia Gonsalves</i>	<i>Do reino da Galiza, vinda com carta de guia da Misericórdia e Hospital de São Marcos, cidade de Braga.</i>	<i>Em dereitura a sua pátria, com esmola do costume.</i>
<i>José Coelho de Figueiredo</i>	<i>De Vallença do Minho com carta de guia da Misericórdia da mesma e cavalgadura.</i>	<i>Em dereitura ao Hospital de São Marcos, da cidade de Braga, com esmola e cavalgadura.</i>
<i>Manuel José</i>	<i>De S. Julião do Bispado de Thoy, Reino de Galiza com carta de guia da Misericórdia de Vallença.</i>	<i>Em dereitura para a cidade do Porto, com esmola costumada e cavalgadura.</i>
<i>João Baptista, solteiro</i>	<i>Da freguesia de Rio Calvo, Terras de Bouro.</i>	<i>Em dereitura à sua pátria com esmola do costume.</i>
<i>Ignacio Tremonte e sua mulher Manuella Alves</i>	<i>De S. Tiago de Galiza, vindos com carta de guia da Misericórdia da cidade de Braga.</i>	<i>Em dereitura à sua pátria com esmola do costume.</i>
<i>José António</i>	<i>De Vallença do Minho, vindo com carta de guia da Misericórdia da cidade da Goarda e cavalgadura.</i>	<i>Em dereitura a sua pátria, com esmola do costume e cavalgadura.</i>
<i>José Lourenço</i>	<i>De Carrezedo, comarca de Chaves, pedindo com uma imagem de Santa Bárbara da Veiga de Sila.</i>	<i>Em dereitura a S. Tiago de Galiza com esmola costumada.</i>
<i>Manuel Bento</i>	<i>De Barcellos, vindo com carta de guia da Misericórdia de Vallença do Minho e cavalgadura.</i>	<i>Em dereitura a Barcellos, com esmola do costume e cavalgadura.</i>

Fonte: ASCMPL, Livro do copiadador, nº 27, deteriorado no local da paginação.

A análise do quadro 1 possibilita verificar o movimento de circulação da gente vinda um pouco de todo o lado e a adequação da esmola a cada situação particular. A localização geográfica de Ponte de Lima explica que se tenha transformado num corredor de passagem de gente que ia para Espanha, nomeadamente para a Galiza, e aqui muito particularmente para Santiago de Compostela, e da Galiza para Portugal. O caso de José Lourenço testemunha o que acabamos de afirmar. Este peregrino de Chaves ia para Compostela, presumivelmente para pagar uma promessa. Pedia com uma imagem de Santa Bárbara por onde passava e foi assim que chegou à Misericórdia de Ponte de Lima. Todo o Alto Minho assistiu a um corrúpio de gente que caminhava para Compostela. Viana do Lima auxiliou muitos destes caminhantes que por terra ou por mar chegavam à vila em busca de ajuda para prosseguir. A Misericórdia da vila, através de cartas de guia e de outras esmolas, favorecia os romeiros³².

Desde o século XVIII que Portugal servia de pólo de atracção a galegos, que atravessavam a fronteira à procura de trabalho³³. O Minho atesta a sua presença para este século e para o seguinte e muitos acabavam a pedir esmola na Santa Casa de Ponte de Lima. Imploravam cartas de guia à confraria normalmente para se direccionarem para Valença ou Monção, locais onde as renovavam e daí para suas casas.

A par deste movimento de galegos pobres que não conseguiam deslocarem-se sem a ajuda de muitas Misericórdias, existem outros pobres necessitados de esmola para chegarem a suas casas e outros ainda que se dirigiam para hospitais, nomeadamente para o hospital de S. Marcos de Braga. Buscavam aí tratamento para os seus males. Provavelmente eram portadores de doenças contagiosas, como a sífilis, apenas tratada em alguns centros hospitalares. Normalmente, os hospitais de pequena dimensão, como o de Ponte de Lima, não procediam a esses tratamentos, por não disporem de condições logísticas para o efectuarem³⁴, enquanto que o de S. Marcos de Braga ministrava essas curas duas vezes por ano³⁵. Outros direccionavam-se para localidades mais longínquas como Lisboa, Porto e Vila Real.

As deslocações para hospitais que efectuavam tratamento ao gálico estão também atestadas pela Misericórdia de Coimbra, local de passagem de muitos enfermos que se dirigiam para os locais onde se efectuava essa cura³⁶.

Em 1818, a Santa Casa de Ponte de Lima voltou a discriminar os providos, tendo passado apenas 13 cartas de guia até ao mês de Maio. Este número faz prever um montante semelhante ao do ano anterior que foi de 24 e presume-se muito inferior ao

³² Leia-se Manuel António Fernandes Moreira, “A Misericórdia de Viana na rota dos peregrinos de Santiago”, in *Estudos Regionais*, nºs 13/14, 1993, pp. 66-72.

³³ Sobre a presença de galegos que chegavam à procura de trabalho veja-se Sousa de Castro, “Trechos escolhidos. O braço galego na epopeia de Riba Douro”, in *Cadernos Mensais de Estatística*, Abril, 1947, p. 166; António de Oliveira, “Migrações internas e de média distância em Portugal 1500-1900”, in *Arquipélago. História*, 2ª série, vol. I, (nº 1), 1995, p. 280.

³⁴ Para se efectuar o tratamento do gálico era preciso que o hospital reunisse condições logísticas, que possibilitassem separar estes doentes dos restantes internados, bem como de toda a roupa utilizada nesta cura. Quando não se realizavam em hospitais especializados, que tratavam unicamente dos males contagiosos, como o gálico, realizavam-se nos hospitais comuns, internando normalmente os doentes em enfermarias no rés-do-chão, de forma a que não contactassem com os restantes enfermos.

³⁵ A propósito do tratamento do gálico no hospital de S. Marcos de Braga consulte-se Maria de Fátima Castro, “A assistência no Hospital de S. Marcos da 2ª metade do século XVII a cerca de 1710”, in *Revista Cultural Bracara Augusta*, nº 44, 1993, pp. 45-73.

³⁶ Consulte-se Maria Antónia Lopes, *Pobreza, assistência e controlo social...*, p. 88.

passado nos séculos XVII e XVIII³⁷. Dos 13 casos esmolados em 1818, cinco, ou seja, 38,4% deslocavam-se para o hospital de S. Marcos de Braga, sendo 61,5% do total dos providos com cavalgadura.

O caso de José Vidal é enigmático. Este pobre de Melgaço passou em Ponte de Lima quando vinha de Lisboa, onde esteve a “tomar ares Patrios”, e se direccionava para a sua terra. Foi provido com a esmola costumada e com cavalgadura³⁸. Não é totalmente perceptível a razão que terá levado este homem à capital, mas não restam dúvidas de que se encontrava doente.

Os pobres que se encontravam incapazes de seguir caminho e necessitavam de pernoitar em Ponte de Lima eram agasalhados no “Hospital de Fora”³⁹, instituição medieval criada para albergar peregrinos. Em 1834, este hospital continuava a recolher “por hum a três dias os mendigos que transitavam nesta villa [mas] também nelle se recolhem e sustentão alguns daqueles pobres que entrevados nada esperão neste mundo mais do que a morte”⁴⁰.

Apesar do seu significado e do papel de relevo que desempenhavam, as cartas de guia foram alvo de críticas no século XIX. A administração do concelho de Ponte de Lima enviou uma carta à Misericórdia da vila em 1853, referindo o regimento vigente da polícia, que proibia qualquer pessoa de transitar sem passaporte, inclusivamente os mendigos. Como a circulação de pobres era patrocinada pelas Misericórdias, era importante que elas atendessem a este quesito. Os pobres deveriam ser portadores destes documentos, mas também de passaportes. Este documento identificador, em marcha na Europa⁴¹, continha uma informação mais completa, que possibilitava conhecer o seu portador. Registava-se a pessoa de forma geral, assinalando-se sinais particulares nomeadamente da face⁴². Estes elementos identificadores eram importantes para conhecer quem viajava. Invocaram-se razões de segurança para os controlar, muito particularmente os que eram considerados perigosos, como eram os vagabundos.

Assim, consideravam as autoridades de Ponte de Lima que “sendo certo que transitão por todo o Reino com cartas de guia das Misericórdias homens que podendo empregar-se em alguns ramos de trabalho, impetrão as mesmas guias, fingindo ser doentes e assim vão roubando de terra em terra e comethendo outros crimes para ebitar aos quaes em cumprimento do que é ordenado pelo Governo Civil deste distrito [...] Vossa Senhoria [o provedor] não confira mais guias a pessoas alguãs que lhe não apresentem o competente passaporte”⁴³.

³⁷ Embora a Santa Casa de Ponte de Lima não possua documentação que nos possibilite conhecer o número de cartas de guias passadas por mês ou por ano para os séculos XVII e XVIII, efectuava registos bissemanais sobre os montantes que gastava com esta forma de ajuda. Por esses montantes constata-se que eram em número muito superior.

³⁸ ASCMPL, *Livro do copiadador*, nº 27, danificado no local da paginação.

³⁹ Esta designação vinha-lhe do facto de se situar fora das muralhas.

⁴⁰ ASCMPL, *Livro do copiadador*, nº 27, fl. 100.

⁴¹ Para o caso francês veja-se John Torpey, *The invention of the passport. Surveillance, Citizenship and the State*, Cambridge, University Press, 2002, pp. 21-30.

⁴² Sobre a descrição dos passaportes consulte-se Jane Caplan and John Torpy (ed.), *Documenting Individual Identity. The development of state practices in the modern world*, Princeton and Oxford, Princeton University Press, 2001, pp. 25-26.

⁴³ ASCMPL, *Livro do copiadador* nº 27, não paginado.

Esta medida não era nova. Já em 1771, a Câmara tinha determinado a obrigatoriedade de passaporte para todos os forasteiros que chegassem à vila e para todos os naturais que desejassem sair⁴⁴.

A resposta enviada pela Santa Casa não se fez esperar. O provedor afiançou que a confraria da vila não passava “nenhuãs cartas de guia [...] a mendigos pobres que cem passaporte transitem pelas terras do Reino antes com bastante admiração tem olhado para a facilidade com que muitas outras franqueão taes documentos a vagabundos, que a titulo de mendigarem hua esmola percorrem vijando diversos destritos e muitas vezes é verdade com prejuizo dos povos”. Depois de concordar com a política em curso e de defender a acção da Misericórdia de Ponte de Lima, o provedor decidiu acusar a prática da Misericórdia de Viana do Castelo que, segundo ele, continuava a emitir esses documentos aleatoriamente, favorecendo “a apresentação de peregrinos com cartas de guia [na sua Misericórdia] a exigir a esmola ordinaria que lhes confere o nosso compromisso”. Afiançou ainda que a Misericórdia de Ponte de Lima passava apenas cartas de guia a doentes do concelho, que pelas qualidades das suas moléstias estavam impedidos de serem tratados no hospital da vila, buscando cura na cidade de Braga⁴⁵.

Assim, o provedor concordava com a directiva em prática, demonstrava que a cumpria e justificava as atitudes da Santa Casa, acusava a Misericórdia de Viana e exhibia preocupação pela falta de cumprimento do seu compromisso. No fundo, também ele desejava ver diminuído este encargo.

Em 1760, tinha já saído um alvará que proibia a passagem de cartas de guia a quem não apresentasse “bilhete de Identidade Geral da Polícia, com que se legitime”.

Estava em marcha um processo de perseguição aos considerados falsos pobres, que vai ganhando força com o avançar do século XIX. A valorização do trabalho e a acentuação da produção individual era prejudicial a esse grupo de pobres acusados de serem fingidores, malfeitores e criminosos, de abandonarem o trabalho e de actuarem contra o bem comum⁴⁶.

O freio que vinha sendo imposto pelas autoridades à prestação das Misericórdias na ajuda aos viajantes estava associado, basicamente, às cartas de guia passadas aos que não estavam doentes e não apresentavam passaporte. Aos enfermos elas eram consentidas e vistas como uma ajuda necessária, em algumas destas confrarias. A legislação favorecia os interesses das Misericórdias que se viam a braços com enormes despesas no tratamento aos doentes. Por isso, algumas destas confrarias ameaçaram não receber enfermos com cartas de guia, defendendo que cada terra cuidasse dos seus doentes.

Apesar dos cortes nesta forma de caridade, as Misericórdias continuaram a praticá-la. Em 1853, Maria de Jesus, da freguesia de Seara, concelho de Ponte de Lima, sofria de perturbações mentais. Era uma jovem inimputável que andava “divagando causando prejuizos e tornando-se incomoda aos povos”. Razão que levou sua mãe a solicitar às autoridades que a prendessem na cadeia de Ponte de Lima. Prevista pelo artigo 249 do Código Administrativo, a medida foi accionada, mas rapidamente se percebeu a sua inadequação às necessidades da jovem rapariga e que esta precisava de

⁴⁴ Arquivo Municipal de Ponte de Lima, *Livro dos Acórdãos da Câmara de Ponte de Lima 1768-1771*, fl. 136v.

⁴⁵ ASCMPL, *Livro do coprador* nº 27, não paginado.

⁴⁶ Acerca da proposta de Lima Bezerra para acabar com a vagabundagem e aumentar a produtividade dos campos confira-se Manuel de Lima Bezerra, *Os estrangeiros no Lima*, Viana do Castelo, vol. 1, 1992 [1785], pp. 258-260.

tratamento adequado ao mal de que padecia. O hospital da Misericórdia não oferecia estes serviços. Por isso, foi necessário enviá-la para o hospital de S. José em Lisboa, para aí ser tratada. Pobre e sem recursos suficientes foi na Misericórdia da vila que a mãe procurou solução para o transporte da filha até à capital. A Santa Casa não se escusou a ajudar, mas não estava disposta a fazê-lo sozinha. Por isso, sugeriu que, não estando estes casos contemplados no compromisso, se actuasse como com os providos com carta de guia, levando a que as despesas fossem “abonadas de Misericórdia em Misericórdia”⁴⁷. Desta forma foi Maria de Jesus para Lisboa.

Mas quanto gastavam as Misericórdias na ajuda aos viajantes? A questão não é de resposta fácil e encontra-se condicionada pela produção documental. Nem sempre é possível quantificar estes montantes, porque muitas confrarias não apresentam esta rubrica isoladamente e integram nela outras esmolas. Os gastos com esta forma de caridade eram muito variados e dependiam do montante que a confraria decidia investir neste sector. Contudo, em 1641, a Misericórdia de Peniche gastou 1.770 réis em cartas de guia⁴⁸. Já na Santa Casa de Setúbal as cartas de guia e as esmolas representaram 3,7% das suas despesas entre 1500 e 1755⁴⁹.

Percentagem muito semelhante foi alcançada para a Misericórdia de Vila Viçosa apenas para as cartas de guia. A Santa Casa desta vila tinha igualmente como prática enraizada o despacho destes documentos. Em 1770, a despesa efectuada com esta rubrica representou 3,4% do cômputo geral da despesa desse ano⁵⁰. Verificou-se, no entanto, uma grande oscilação em termos de representação mensal. No mês de Julho, a Santa Casa despendeu apenas 1,2%, enquanto que em Dezembro o montante subiu, representando 5,8% das despesas desse mês. A diversificação dos montantes esteve associada à procura, mas também às opções de gestão da confraria. No Inverno, a deslocação tornava-se mais penosa, fazendo recair mais pedidos de ajuda na Misericórdia. Por seu lado, os irmãos mostravam-se mais piedosos e atendiam mais pedidos, demonstrando estar atentos às necessidades dos que beneficiavam.

As deslocações efectuavam-se para os concelhos e terras circundantes da vila que tinham igualmente Misericórdia onde a carta de guia se renovava: Alandroal, Borba e Terena.

Em Junho de 1771, foi despachado um pobre com carta de guia e cavalgadura para mais longe. A confraria assegurou transporte a um “pobre sego” até ao Redondo⁵¹. Incapaz de se deslocar sozinho, por ser cego, a confraria possibilitou-lhe cavalgadura e um homem que o conduziu até à vila do Redondo. Outros eram doentes, que saíam do hospital de Vila Viçosa ou estavam de passagem, indo de Misericórdia em Misericórdia.

A despesa efectuada com cada pobre variava. Chancelava a pobreza com a passagem de cartas de guia, mas as Misericórdias atribuíam ainda uma esmola aos seus portadores. A Santa Casa de Vila Viçosa dava conjuntamente uma esmola de 20 réis a

⁴⁷ ASCMPL, *Livro do coprador* n° 27, fls. 166v.-167.

⁴⁸ Leia-se Florival Maurício Ferreira, *A Santa Casa da Misericórdia de Peniche (1626-1700). Subsídios para a sua história*, Peniche, Santa Casa da Misericórdia de Peniche, 1997, p. 251.

⁴⁹ Para a Misericórdia de Setúbal veja-se Laurinda Faria dos Santos Abreu, *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500-1755: aspectos de sociabilidade e poder*, Setúbal, Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, 1990, p. 70.

⁵⁰ Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa (doravante ASCMVV), *Cadernos de receita e despesa 1770*.

⁵¹ ASCMVV, *Cadernos de receita e despesa 1770*, mês de Junho, fl. 7v.

cada pobre. Se o doente saía da vila em cavalgadura, o preço gasto com cada carta de guia variava de acordo com o tempo despendido na viagem.

Instrumentos fundamentais para os peregrinos e viajantes, as cartas de guia adquiriam estatuto de obra de misericórdia e tornaram-se muito procuradas ao longo da Idade Moderna. Sem elas muitos pobres ver-se-iam impossibilitados de efectuarem a viagem de que necessitavam. As Misericórdias ao proverem os pobres com esta esmola, viabilizaram a cura de muitos doentes, assim como a realização de viagens, transformando as cartas de guia em *passaportes* de caridade.